COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 7.747, DE 2010

(Do Sr. Augusto Carvalho)

Altera as Leis nº 11.128, de 28 de junho de 2005; nº 10.260, de 12 de julho de 2001; e nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Autor: Deputado Augusto Carvalho

Relator: Deputado Zé Carlos

I. RELATÓRIO

Veio para apreciação por esta Comissão o Projeto de Lei nº 7.747, de 2010, do ilustre deputado Augusto Carvalho, que dispõe sobre a alteração das Leis nº 11.128, de 28 de junho de 2005; nº 10.260, de 12 de julho de 2001; e nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Objetiva o PL ora relatado proporcionar maior prazo para a comprovação da quitação de tributos e contribuições, por parte das entidades mantenedoras das instituições de ensino superior que aderem ao Programa Universidade para Todos (PROUNI), nos termos da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

Objetiva, ainda, modificar a Lei 10.260, de 2001, para estabelecer novo prazo de carência nos financiamentos concedidos e permitir a renegociação de contratos, bem como promover alterações na Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação de conta vinculada do trabalhador no pagamento de dívida contraída junto ao FIES.

Em sua justificação, argumenta o autor do projeto que “o País tem avançado em proporcionar o acesso à educação superior, contudo ainda estamos longe de alcançar níveis aceitáveis de atendimento às demandas da população e às necessidades da sociedade, especialmente da população mais carente. O fator socioeconômico permanece atuando como importante barreira para a continuidade da trajetória de significativos contingentes de cidadãos brasileiros. Os diferentes mecanismos de financiamento hoje disponíveis são instrumentos de políticas públicas que pretendem oferecer solução para este problema”.

O autor destaca, ainda, que “o FIES se apresenta com características muito particulares no contexto da política educacional do país”. E que “continua a exigir e a merecer ajustes, para que possa refletir a realidade dos estudantes financiados e, com isso, ter mitigados os problemas a ela ainda associados, como é o caso da inadimplência”.

Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTAS, na qual tramitou antes de vir para esta Comissão de Educação, o Projeto de Lei sob análise recebeu uma emenda para, de acordo com a Justificativa oferecida pela deputada Flávia Moraes, então Relatora na mencionada CTASP, *dispor de forma mais genérica sobre o objeto disposto no seu art. 3º, a fim de permitir a movimentação da conta vinculada no FGTS para pagamento de financiamento público concedido ao trabalhador estudante de curso de ensino superior, seja como que nome for denominado: Programa de Crédito Estudantil, PROUNI, FIES ou outros programas que os venham a substituir.*

É o relatório.

II. VOTO DA RELATORIA

O Projeto de Lei ora relatado demonstra claramente a preocupação do seu autor com o aperfeiçoamento de duas Leis referentes,

respectivamente, ao PROUNI e ao FIES. Com a mesma preocupação, o ilustre deputado autor do Projeto de Lei sob comento propõe acréscimo de inciso ao artigo 20 da Lei que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Lei n. 8.036/1990), acrescentando ao rol das atuais condições para movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS, a seguinte condição:

“Pagamento de juros, amortização ou liquidação de contrato de financiamento estudantil celebrado pelo titular, ou dependente com idade de até 24 (vinte e quatro) anos, no âmbito do Programa de Crédito Educativo de que trata a Lei n. 8.436, de 25 de junho de 1992, ou do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), tratado pela Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001”.

Opta, este Relator, por analisar e dar parecer individualmente a cada um dos três artigos que compõem o Projeto de Lei ora analisado:

I) COM RELAÇÃO AO ART. 1º DO PROJETO DE LEI SOB ANÁLISE:

Neste artigo, o ilustre autor do PL n. 7.747, de 2010, dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei n. 11.128/2005.

É a seguinte, pois, a redação do Art. 1º da proposição que ora relatamos:

“Art. 1º O parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005, que dispõe sobre o Programa Universidade para Todos (PROUNI), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

Parágrafo único. A comprovação de que trata o caput será exigida a partir do ano-calendário de 2011” (NR)

O Projeto de Lei aqui relatado foi apresentado à Câmara dos Deputados em agosto de 2010, tendo o seu autor estabelecido, conforme se observa na proposta de alteração do parágrafo único do art. 1º da Lei n. 11.128/2005 (acima transcrita), que a comprovação de que trata o caput do art. 1º da citada Lei seria exigida a partir do ano-calendário de 2011.

Não resta nenhuma dúvida quanto à perda de objeto do artigo 1º (aqui analisado) do Projeto de Lei ora relatado (PL n. 7.747/2010). **Essa perda do objeto se dá pela simples razão de que, até a data então estabelecida no artigo em questão, o mesmo Projeto de Lei n. 7.747/2010 ainda não havia sido aprovado.**

Na verdade, no ano de 2012 – posteriormente, portanto, à apresentação do PL aqui relatado – o parágrafo único do art. 1º da Lei n. 11.128/2005 foi alterado pela Lei n. 12.688/2012.

Em resumo: não há como se aprovar o disposto no artigo primeiro do Projeto de Lei ora relatado, por inequívoca perda de objeto.

II) COM RELAÇÃO AO ART. 2º DO PROJETO DE LEI SOB ANÁLISE:

Por razões semelhantes às que foram apresentadas (no item acima) para a não aprovação do art. 1º deste PL 7.747/2010, **também não há como se aprovar o disposto no art. 2º do Projeto de Lei ora relatado naquilo que se refere às alterações propostas para os seguintes dispositivos da Lei 10.260/2001: § 6º do art. 2º e § 11 do art. 5º.**

Meritória e de grande sensibilidade social, no entanto, é a alteração que o art. 2º deste PL propõe ao art. 6º da Lei 10.260/2001, com a inclusão dos parágrafos 3º e 4º referentes, respectivamente, à não-exigência das mensalidades devidas por estudante em razão das doenças graves descritas art. 6º da Lei 10.260/2001) e à suspensão da exigibilidade do saldo devedor enquanto o estudante financiado estiver no gozo de seguro-desemprego.

Faz-se necessário, no entanto, em razão de já existir parágrafo 4º no artigo para o qual se propõe a alteração, que os parágrafos acrescidos ao art. 6º da Lei 10.260/2001, por este PL, sejam remunerados, respectivamente, para § 5º e § 6º.

III) COM RELAÇÃO AO ART. 3º DO PROJETO DE LEI SOB ANÁLISE:

De forma sucinta, pode-se dizer que o autor do PL ora relatado propõe, no art. 3º deste mesmo PL, a inclusão de inciso ao artigo 20 da Lei que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Lei n. 8.036/1990), acrescentando mais uma condição, dentre as condições já existentes, para movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS.

Propõe o autor, então, que o trabalhador possa movimentar sua conta vinculada do FGTS para o pagamento de juros, amortização ou liquidação de contrato de financiamento estudantil no âmbito do Programa de Crédito Educativo, de que trata a Lei n. 8.436/1992, ou do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

Presentemente, a Caixa Econômica só permite o saque do FGTS quando ocorre uma das dezoito situações abaixo especificadas:

- 1) Demissão sem justa causa;
- 2) Término do contrato por prazo determinado;
- 3) Rescisão do contrato por extinção total ou parcial da empresa;

- 4) Decretação de anulação do contrato de trabalho nas hipóteses previstas no art. 37 §2º, da Constituição Federal, ocorrida após 28/07/2001, quando, mantido o direito ao salário;
- 5) Rescisão do contrato por falecimento do empregador individual;
- 6) Rescisão do contrato por culpa recíproca ou força maior;
- 7) Aposentadoria;
- 8) Caso de necessidade pessoal, urgente e grave, decorrente de desastre natural causado por chuvas ou inundações que tenham atingido a área de residência do trabalhador, quando a situação de emergência ou o estado de calamidade pública for assim reconhecido, por meio de portaria do Governo Federal;
- 9) Suspensão do Trabalho Avulso;
- 10) Falecimento do trabalhador;
- 11) Quando o titular da conta vinculada tiver idade igual ou superior a 70 anos;
- 12) Quando o trabalhador ou seu dependente for portador do vírus HIV;
- 13) Quando o trabalhador ou seu dependente for acometido de neoplasia maligna – câncer;
- 14) Quando o trabalhador ou seu dependente estiver em estágio terminal, em razão de doença grave;
- 15) Quando a conta permanecer sem depósito por 3 anos seguidos, cujo afastamento tenha ocorrido até 13/07/90;
- 16) Quando o trabalhador permanecer por 03 anos seguidos fora do regime do FGTS, cujo afastamento tenha ocorrido a partir de 14/07/90, podendo o saque, neste caso, ser efetuado a partir do mês de aniversário do titular da conta;
- 17) Para aquisição de moradia própria, liquidação ou amortização de dívida ou pagamento de parte das prestações de financiamento habitacional.
- 18) Quando o trabalhador com deficiência, por prescrição, necessite adquirir órtese ou prótese para promoção de acessibilidade e de inclusão social.
- 19) Pagamento total ou parcial do preço de aquisição de imóveis da União inscritos em regime de ocupação ou aforamento, a que se referem o art. 4º da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e o art. 16-A da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998

A questão resume-se, tão somente, na decisão de acrescentar-se mais uma condição às dezoito já existentes para a movimentação da conta vinculada do FGTS.

Este Relator entende que não há nenhuma razão para que o FGTS não possa ser utilizado, conforme propõe o autor do PL

7.747/2010, para pagar juros, amortizar ou liquidar contratos de financiamento estudantil.

No entanto, concordando com a ilustre Deputada Flávia Morais, entendo que a emenda apresentada na CTASP, a este PL, realmente dispõe de forma mais genérica sobre o objeto do art. 3º (deste PL), que é permitir a movimentação da conta vinculada do FGTS para pagamento de financiamento público concedido ao trabalhador estudante de curso de ensino superior, seja com que nome for denominado: Programa de Crédito Estudantil, PROUNI, FIES ou outros programas que os venham a substituir.

Pelo exposto, é o Parecer pela aprovação do Projeto de Lei n. 7.747, de 2010, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em 14 de dezembro de 2017.

Deputado ZÉ CARLOS

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 7.747, DE 2010

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 7.747, DE 2010

Altera as Leis nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 6º, da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.6º
.....

§ 5º Serão absorvidas pelo FIES, na forma do regulamento, as mensalidades devidas por estudante, em tratamento ambulatorial, acometido de neoplasia maligna, ou que seja portador de síndrome da imunodeficiência adquirida, cardiopatia, nefropatia ou hepatopatia graves.

“§ 6º Sem prejuízo no disposto no caput, será suspensa a exigibilidade do saldo devedor enquanto o estudante financiado estiver no gozo de seguro desemprego, na forma do regulamento”. (NR)

Art. 2º O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XX:

“Art.20.....

.....

XX – Pagamento de financiamento público estudantil contratado pelo trabalhador ou seus dependentes.

.....” (NR)

Sala da Comissão, em 14 de dezembro de 2017.

Deputado ZÉ CARLOS

Relator